

Dívida do setor público alcança 57,7% do PIB por causa dos juros

Mônica Izaguirre
De Brasília

O setor público brasileiro conseguiu economizar, em agosto, R\$ 4,96 bilhões em suas contas primárias (receitas menos despesas, exceto com pagamento de juros). Entretanto, diante da magnitude dos gastos com juros, que chegaram a R\$ 13,16 bilhões, o superávit primário não foi suficiente para evitar a elevação do endividamento público. Influenciado ainda por outros fatores, a dívida líquida consolidada da União, dos Estados, dos Municípios e das empresas estatais passou de R\$ 877,15 bilhões para R\$ 891,33 bilhões.

Com isso, fechou o mês em 57,74% do Produto Interno Bruto estimado pelo Banco Central para os 12 meses encerrados em agosto.

Ao final de julho, essa relação estava em 57,18% do PIB, segundo informou ontem o Departamento Econômico do BC. Esses dados já estão, segundo o chefe do departamento, Altamir Lopes, ajustados ao dado do IBGE sobre o PIB nominal do segundo trimestre deste ano.

Em agosto, além da pesada carga de juros, também influenciou o crescimento da dívida pública a variação do dólar em relação a outras moedas estrangeiras que compõem as reservas cambiais brasileiras e a dívida pública externa. O impacto, neste caso, foi de R\$ 4,869 bilhões, segundo o BC.

O reforço de provisões no montante de R\$ 997 milhões pa-

ra créditos do Banco Central junto ao antigo Banco Nacional, em liquidação, também ajudou a elevar o saldo da dívida líquida no mês passado, acrescentou Lopes. Ao final de junho, o Nacional, maior devedor individual do BC entre os bancos em liquidação, devia à autoridade monetária R\$ 14,15 bilhões. Desse total, R\$ 5,28 bilhões já estavam provisionados por causa da falta de perspectiva de recebimento.

Comparada ao final de 2002, quando estava em R\$ 881,1 bilhões, a dívida pública líquida cresceu R\$ 10,22 bilhões. Como proporção do PIB, relação que era de 56,53% em dezembro, a variação foi de 1,21 pontos percentuais no período. Nesses oito meses, a carga de juros do setor público chegou a R\$ 102,417 bilhões, provocando um aumento de 6,63 pontos percentuais na relação dívida/PIB.

A dívida só não cresceu tudo isso porque o impacto dos juros foi contrabalançado pelo recuo da taxa de câmbio, que ajudou a reduzir o estoque da dívida indexada ao dólar, e também pelo superávit primário.

No acumulado de janeiro a agosto, o superávit primário do setor público atingiu R\$ 49,293 bilhões, o equivalente a 4,91% do PIB corrente estimado pelo BC para o mesmo período. A meta prevista no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o acumulado no ano até setembro exige pelo menos R\$ 54,2 bilhões. Isso significa que, em setembro, o setor público precisa

fazer um superávit de R\$ 4,903 bilhões, esforço de economia da mesma magnitude do que houve em agosto.

Para o acumulado de todo o ano de 2003, disse Lopes, não existe uma meta em valores absolutos mas apenas como proporção do PIB corrente. A meta, neste caso, é obter um superávit primário de pelo menos 4,25% do produto. Na avaliação de Lopes, os dados ocorridos até agosto indicam que isso será conseguido.

Medido em 12 meses, o resultado primário do setor público fechou agosto superavitário em R\$ 64,32 bilhões, o equivalente a 4,35% do PIB corrente estimado pelo BC para o período. Os gastos com juros nesses 12 meses, porém, ultrapassaram o dobro desse valor, alcançando R\$ 155,73 bilhões, ou 10,53% do PIB. Com isso, o resultado nominal das contas do setor público foi deficitário em R\$ 91,41 bilhões.

Na comparação dos fluxos mensais de julho e agosto, houve queda das despesas com juros, de R\$ 14,99 bilhões para R\$ 13,16 bilhões. A redução foi influenciada pelo corte da taxa básica (Selic), disse Altamir Lopes. Salvo uma desvalorização significativa do dólar, o que aumentaria as despesas do BC com ajustes dos contratos de swap cambial, a tendência é de que a carga mensal de juros continue em queda, acrescentou o chefe do Depec. Mas, pelo menos por enquanto, o mesmo não vai acontecer com o fluxo em 12 meses.

Lopes explicou que, no acu-

mulado de 12 meses, as despesas com juros continuarão crescendo por mais algum tempo, porque as taxas praticadas atualmente, embora em queda, ainda são superiores às praticadas em iguais meses de 2002. Hoje, a Selic está em 20% ao ano. Em setembro do ano passado, estava em 18% ao ano. O processo de elevação, que continuou no início deste ano, só começou em outubro de 2002, quando a taxa básica subiu para 21% ao ano.

Segundo Altamir Lopes, o ajuste dos dados da dívida ao PIB nominal do segundo trimestre apurado pelo IBGE, não alterou de forma significativa os números que o BC já tinha divulgado. Em relação ao saldo da dívida no final de julho, por exemplo, estimado inicialmente em 57%, o aumento provocado pela adaptação das projeções do BC ao dado do IBGE foi de apenas 0,18 ponto percentual.

No que se refere à posição da dívida ao final do primeiro semestre, o ajuste foi de 0,3 ponto percentual, pois a relação dívida/PIB, neste caso, foi corrigida de 55,5% para 55,8%. O de junho já é definitivo. Mas, na medida em que o IBGE divulgar o PIB nominal do terceiro trimestre, os percentuais referentes à evolução da dívida a partir de julho ainda poderão ser retificados, disse Lopes. O BC calcula a dívida como proporção do PIB valorizado, conceito que considera o PIB nominal de 12 meses corrigido pela inflação do IGP-DI até o último mês de referência.